

■ POLÍTICA

Amazonino nega compra de votos

Governador diz que é inocente mas não abre mão do sigilo bancário e telefônico

Sandra Nascimento
de Brasília

O depoimento do governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PFL), ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi uma sequência de negativas. Ele negou ter se encontrado com os deputados citados no escândalo da compra de votos para a aprovação da emenda da reeleição. Também não se dispôs a abrir mão de seus sigilos bancário, fiscal e telefônico, a não ser no caso de que "todos" os demais depoentes o façam. O outro governador citado como corruptor, Orleir Camelli, do Acre, deverá depor amanhã.

Amazonino Mendes foi citado nas fitas obtidas pela Folha de S. Paulo pelos deputados acreanos do PFL, Ronivon Santiago e João Maia, como a pessoa que diretamente teria desembolsado R\$ 200 mil pelo voto de cada um dos dois e de mais três outros deputados do estado, em troca do voto favorável à emenda da reeleição na Câmara. Os dois deputados cujas vozes apareceram na fita foram expulsos do partido, mas Amazonino Mendes ainda conta com o apoio da cúpula pefelista.

A estratégia do governador — depor numa segunda-feira para encontrar esvaziado o plenário da comissão —, deu certo. Dos 51 membros da CCJ, apenas 17 com-

pareceram. Incluindo os não-membros, assistiram seu depoimento cerca de 40 parlamentares. O PFL da Amazônia compareceu em peso, além do líder do partido na Câmara, Inocêncio Oliveira (PE), o presidente do partido, deputado José Jorge (PE) e o líder do governo na Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA).

Amazonino também não teve que enfrentar a oposição que, em protesto, decidiu se retirar. Os deputados oposicionistas queriam que o governador aceitasse abrir mão de seus sigilos e, diante da negativa, saíram defendendo a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), única com poderes para obrigar os depoentes a exporem suas vidas bancárias. A CCJ sequer tem poderes para obrigar o comparecimento do convocado. Também defendeu a CPI o deputado Adhemar de Barros Filho (SP), do PPB do ex-prefeito Paulo Maluf.

As perguntas mais provocativas foram feitas pelos adversários políticos do governador no estado, como o deputado Luiz Fernando (PSDB-AM), mas prontamente



Amazonino Mendes

cortadas pelo presidente da CCJ, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), já que a maioria delas se referia a outras suspeitas de corrupção.

O governador disse que jamais esteve com os cinco deputados que, segundo as denúncias, teriam se encontrado com ele na Academia de Tênis para receber o dinheiro. Se houve outros encontros,

anteriores à reeleição, ele afirmou não se lembrar.

Osmir Lima (PFL-AC), um dos deputados citados na fita, em seu depoimento à comissão de sindicância, afirmou que esteve na Academia para discutir com Amazonino um projeto de autoria do governador que propõe alterações na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O governador do Amazonas é citado, ao lado de Camelli, como "comprador" dos votos dos deputados acreanos, em fita gravada, pelos ex-deputados Ronivon Santiago e João Maia. "A ser precedente a fita em sua inteireza, é tudo mentira", disse, refutando as acusações.

Ele foi incluído como testemu-

nha de defesa dos deputados que estão em processo de cassação na CCJ, os pefelistas Zila Bezerra e Osmir Lima e o pemedebista Chica Brígido. Amazonino negou ser testemunha no caso, apenas citado. Em defesa dos envolvidos, no entanto, disse que "eles devem estar tranquilos quanto ao dinheiro que não receberam".

O governador garantiu que trabalhou — e muito — para conseguir votos para a reeleição. Disse ter falado com a sua bancada, com deputados paulistas e até catarinenses. Mas nunca com os acreanos. "Eles são da alçada do Camelli", disse. Negou que estivesse usando a votação da reeleição para pressionar o governo federal a trocar o superintendente da Suframa, Mauro Costa. Mas reafirmou que quer a saída de Costa que, segundo ele, "não dialoga com o governador".

Ainda dentro do rol de negativas do governador, ele garantiu jamais fazer obras sem licitação e ter qualquer envolvimento ilícito com a empreiteira Marmute Camelli, do governador do Acre, que, nos últimos anos, vem atuando em diversas obras no estado. Segundo ele, o relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Amazonas, no qual são citadas as obras sem licitação, foi corrigido posteriormente.